

NOTICIÁRIO ATUALIZADO
www.jn.pt/nacional

MAIS LIDA
Criminalidade diminuiu no primeiro trimestre de 2010

NACIONAL

Polícias contra militares na segurança interna

Coordenadora dos sindicatos mais representativos das forças policiais pediram reunião a Mário Mendes

— CARLOS VARELA
— carlos.varela@jn.pt

Os principais sindicatos das forças policiais pediram uma reunião ao secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, Mário Mendes, para que esclareça a sua posição face à hipótese de as Forças Armadas poderem integrar a Segurança Interna, soube o JN.

A posição foi veiculada ao JN por Paulo Rodrigues, presidente da ASPP e da Comissão Coordenadora Permanente das Associações e Sindicatos dos Profissionais e Serviços de Segurança (CCP), onde se enquadram, além da ASPP, a APG, da GNR, a Guarda Prisional, a Polícia Marítima, a ASAE e o SEE.

A contestação surgiu na sequência da notícia publicada na edição de segunda-feira pelo JN, que dava conta da realização de um Congresso na próxima semana, presidido por Figueiredo Lopes, onde um dos assuntos a tratar é a maior participação das Forças Armadas no apoio às forças policiais, aproveitando o período de revisão constitucional.

A notícia foi alvo de várias abordagens numa reunião da CCP tida logo no mesmo dia e anteontem à tarde o organismo que tem representantes de todas as

Contraponto

CONGRESSO NO PORTO

Num contraponto ao congresso organizado por Figueiredo Lopes, a CCP vai organizar no Porto, em Outubro e Novembro, um amplo debate aberto a todos os policiais, onde a estrutura vai lançar a discussão a possível integração das Forças Armadas na Segurança Interna. "Queremos ouvir os policiais, os homens que trabalham todos os dias na rua, sobre estas possíveis alterações. E são esses homens e mulheres e a opinião pública quem pode ter uma opinião sobre este assunto", aponta Paulo Rodrigues.

CONGRESSO EM LISBOA

Figueiredo Lopes, antigo ministro da Defesa e da Segurança Interna, está à frente da organização do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, dia 24, em Lisboa, onde um dos temas será a maior participação das Forças Armadas na segurança interna, aproveitando a revisão constitucional. Um dos objectivos será a criação de um grupo de reflexão à volta do tema, para alteração do conceito constitucional de defesa nacional para segurança nacional, o que poderá abrir o caminho aos militares.

policías enviou um ofício a Mário Mendes, onde é pedida uma reunião para que o juiz-desembargador clarifique a sua posição.

Da reunião, saiu um documento recebido pelo JN onde a CCP mostra a sua preocupação, frisando que "reclamar intervenções desta natureza para as Forças Armadas seria passar um atestado de menoridade às polícias portuguesas".

A estrutura acrescenta ainda que a "vocação das polícias prende-se com a segurança pública, cuja natureza é substancialmente diferente, se não mesmo avessa àquela que se exige às Forças Armadas, vocacionadas para cenários de guerra".

Paulo Rodrigues, por seu turno, contesta ainda o facto de no Congresso organizado por Figueiredo Lopes "estarem pessoas, que, à partida, já estão de acordo" sobre a maior participação das Forças Armadas na segurança interna, retirando objectividade ao debate. "Há uma tendência em traduzir para a opinião pública a ideia de que é isto que vai acontecer", sustentou o responsável pela CCP, que lembra que a Lei já prevê a integração das Forças Armadas na segurança interna. "O que



"As Forças Armadas estão vocacionadas para a guerra", sustenta Paulo Rodrigues

há é o suficiente, porque a competência na segurança interna é das forças policiais".

Paulo Rodrigues receia ainda que o surgimento de um general do Exército, Carlos Chaves, como assessor de Mário Mendes, para, como foi anunciado, o ajudar na ligação às Forças Armadas, se enquadre nesta estratégia de abrir as portas da segurança interna aos militares. "Entendemos que a participação pontual das Forças Armadas na segurança interna não justifica a chegada de um general do Exército ao órgão de coordenação das polícias", salienta Paulo Rodrigues.

Mas as iniciativas da CCP não vão limitar-se a um pedido de explicações e de definição a Mário Mendes. "Numa fase seguinte, vamos entrar em contacto com os grupos parlamentares dos partidos", uma medida justificada por Paulo Rodrigues tendo em conta a revisão constitucional.

"Queremos saber quais são os projectos dos partidos nesta área, que possam levar a alterações no actual regime que preside à segurança interna. ■

Criminalidade diminuiu no primeiro trimestre deste ano

Segurança

No primeiro trimestre deste ano, a criminalidade geral diminuiu 5,7% em relação ao período homólogo de 2009, enquanto os crimes violentos e graves registaram um decréscimo de 16,5%. Estes dados foram revelados no Parlamento pelo ministro da Admi-

nistração Interna, Rui Pereira. O governante esteve ontem, na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, numa audição sobre política de segurança, e realçou os números englobam informações de todas as forças policiais e são referentes a todo o território nacional, não havendo ain-

da indicadores sectoriais para revelar.

Além de avançar estes dados, que considerou "um ânimo" para a prossecução da política do Governo nesta área, Rui Pereira revelou mais estatísticas optimistas, desta vez na área da sinistralidade rodoviária. Até ao passado dia 13, em comparação com o período

homólogo do ano passado, o número de mortos nas estradas desceu 0,3% (menos quatro), houve menos 57 feridos graves (menos 7,3%) e menos cerca de 400 feridos ligeiros, o que representa um decréscimo de 2,6%.

Estes dados não convenceram os deputados da Oposição, que contestaram a extinção da Briga-

da de Trânsito da GNR. O ministro reafirmou a intenção de encontrar uma solução para a constituição de um comando único das forças que trabalham no trânsito e o PSD anunciou que irá apresentar, nos próximos dias, um diploma no sentido da reactivação de uma estrutura idêntica à BT. A.R.C.